

**CONSULTOR LEGISLATIVO - BACHAREL EM DIREITO** **LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

- É responsabilidade exclusiva do candidato a conferência de seus dados pessoais, impressos no Cartão de Respostas e no caderno de provas, em especial o nome, o número de inscrição, o número de seu documento de identidade, cargo de sua opção, assim como, a marcação e assinatura do seu Cartão de Respostas.
- Verifique se este caderno de prova contém **50** questões. Com quatro alternativas identificadas pelas letras **A, B, C, D e E** das quais apenas uma será a resposta correta.
- Preencha o Cartão de Respostas da prova objetiva utilizando caneta esferográfica azul ou preta, ocupando totalmente o campo de marcação, ao lado dos números, que corresponde à resposta correta. Conforme ilustração:  

- **Atenção:** Serão consideradas incorretas questões para as quais o candidato tenha preenchido no cartão resposta mais de uma opção, bem como questões em que o campo de marcação apresente rasuras, emendas ou que não esteja preenchido integralmente. Tenha muito cuidado para não danificar o código de barras utilizado na leitura óptica do Cartão de Respostas, por isso não **DOBRE, AMASSE ou MANCHE** o mesmo. O Cartão de Respostas será o único documento válido para a correção das provas, salvo à disposição do IDCAP.
- Os fiscais **NÃO** são autorizados a prestar informações de interpretação das questões. Sua função é apenas fiscalizar e orientar quanto ao funcionamento do certame.
- Ao concluir a prova, **entregue ao fiscal de sala o Cartão de Respostas da Prova Objetiva e Redação**, a não devolução implicará à eliminação sumária do candidato.
- **Assine a Lista De Presença, Cartão Resposta e transcreva a frase de segurança presente no Cartão Resposta da prova objetiva, sob pena de eliminação.**

 **NÃO SERÁ PERMITIDO:**

- Folhear o caderno de provas antes da autorização do fiscal. Caso aconteça, implicará na eliminação do candidato.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- O uso de calculadoras, dicionários, telefones celulares, pen drive, fone de ouvido, relógio de qualquer espécie, recursos didáticos, aparelhos eletrônicos e bonés.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do Cartão de Respostas, devendo o candidato retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e bebedouros.

 **TEMPO DE PROVA:**

- A prova terá duração máxima de **4h (quatro horas)**, incluído o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova **após 1 (uma) hora de seu início**.
- O candidato poderá **levar o caderno de provas 1 (uma) hora antes de seu término**. Antes desse horário, será permitido ao candidato levar apenas o **RECORTE DO RODAPÉ DA CAPA DA PROVA** (parte que contém espaço para preenchimento do gabarito).
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após a assinatura da ata de sala.

1	6	11	16	21	26	31	36	41	46
2	7	12	17	22	27	32	37	42	47
3	8	13	18	23	28	33	38	43	48
4	9	14	19	24	29	34	39	44	49
5	10	15	20	25	30	35	40	45	50



**RASCUNHO**

## Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

### As Viagens de Marco Polo: a verdadeira história do livro do século XIV

É possível confiar em um homem que afirma ter visto um unicórnio na ilha de Sumatra, na Indonésia?

Esta e outras questões igualmente válidas lançam dúvidas sobre a confiabilidade dos relatos de Marco Polo (1254-1324), desde que o livro *As Viagens de Marco Polo* se tornou um best-seller, no século XIV.

A obra foi traduzida para dezenas de idiomas, copiada à mão em incontáveis manuscritos e era disponível em qualquer local sofisticado da Europa.

O livro de Marco Polo é o primeiro relato europeu sobre a Rota da Seda. Suas histórias são repletas de maravilhas, especiarias, ouro e pedras preciosas.

Elas também descrevem hábitos extravagantes e fascinantes estratégias de guerra. Tudo isso faz com que a leitura do relato de viagem seja um verdadeiro prazer — mas também, em parte, algo "difícil de acreditar", como observou um copista particularmente escrupuloso ao lado da sua cópia.

Mas não é preciso ser tão cético. Atualmente, setecentos anos após a morte de Marco Polo, no dia 8 de janeiro de 1324, podemos dizer com bastante certeza de que o famoso comerciante, explorador, escritor e antropólogo autodidata veneziano, de fato, viu um unicórnio — ou, pelo menos, não teria mentido a respeito.

"Veneza era a Nova York do mundo da época", segundo o historiador italiano Pieralvise Zorzi. Sua família tem raízes que remontam aos tempos de Marco Polo e mais além.

A cidade era uma metrópole multicultural e receptiva — um centro comercial vibrante que conectava o Ocidente ao Oriente e onde a única religião verdadeira era o comércio. E a família Polo se destacou nesta atividade.

O pai de Marco Polo, Niccolò, e seu tio, Matteo, tinham um palácio muito próximo onde hoje fica o apartamento de Zorzi no Grande Canal de Veneza.

Eles também mantinham escritórios em Istambul, na Turquia, mas sua perspicácia os levou a fechá-los pouco antes que os gregos tomassem a cidade e expulsassem os venezianos.

Niccolò e Matteo Polo venderam tudo na hora certa e saíram para o Oriente, em busca de novos mercados. Eles comercializaram seda, especiarias, pedras preciosas e a cobiçada glândula de um pequeno animal, o veado-almiscareiro, usada no preparo de perfumes.

Eles voltaram a Veneza depois de alguns anos e, na sua segunda viagem à China, em 1271, levaram Marco Polo, então com dezessete anos de idade.

Segundo o relato de Marco Polo, eles viajaram por três anos ao longo da Rota da Seda, a partir de Israel. Eles

cruzaram o Oriente Médio e boa parte da Ásia Central, até a corte do imperador mongol Kublai Khan, neto de Gengis Khan, em Pequim, na China.

Os viajantes passaram cerca de vinte anos na China, negociando e trabalhando como uma espécie de embaixadores do governo local.

A família Polo voltou à Europa via Sumatra e ilhas Andaman, no Oceano Índico. Eles contornaram a Índia pelo mar até chegar ao Iêmen, Istambul e, finalmente, Veneza.

Quando os três comerciantes chegaram, Marco Polo estava na casa dos quarenta anos. A lenda conta que, quando eles bateram à porta do seu palácio, o servo perguntou quem era e eles responderam: os donos.

Mas, um ano depois, Marco Polo foi preso. Ele foi capturado pelos genoveses em uma das batalhas entre as cidades marítimas rivais de Veneza e Gênova.

Na prisão, ele teve a sorte de conhecer o escritor e editor Rustichello de Pisa, que percebeu o potencial literário do relato de Marco Polo sobre um mundo que, na época, era bastante desconhecido dos europeus. Eles, então, escreveram a história.

O livro foi um sucesso. O texto era tão envolvente que foi copiado inúmeras vezes e traduzido para diversos idiomas.

E quanto ao unicórnio?

Marco Polo explicou que seu chifre é grosso e preto. Sua cabeça parece a de um javali selvagem, ele está sempre olhando para baixo e adora a lama.

"Ele é muito feio e não se parece em nada com o que imaginamos, nem com uma criatura que pudesse ser embalada por uma mulher virgem, pelo contrário", escreveu ele.

Marco Polo realmente viu esse animal. Era o que hoje chamamos de rinoceronte.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c8v2zrnqpe4o>. Adaptado.

### Questão 01

(Correta: C)

Eles voltaram a Veneza depois de alguns anos e, na sua segunda viagem à China, em 1271, levaram Marco Polo, então com dezessete anos de idade.

Assinale a opção correta quanto à nova pontuação sem alteração do sentido original da frase.

- (A) Então, com dezessete anos de idade, eles voltaram a Veneza, depois de alguns anos e na sua segunda viagem à China, em 1271 levaram Marco Polo.
- (B) Na sua segunda viagem à China eles voltaram a Veneza, depois de alguns anos e, levaram Marco Polo, em 1271, então com dezessete anos de idade.
- (C) Na sua segunda viagem à China, eles voltaram a Veneza depois de alguns anos e levaram Marco Polo, em 1271, então com dezessete anos de idade.

- (D) Então com dezessete anos de idade, eles voltaram a Veneza depois de alguns anos e, na sua segunda viagem à China, em 1271, levaram Marco Polo.
- (E) Eles voltaram, a Veneza, na sua segunda viagem à China depois de alguns anos e, em 1271, levaram Marco Polo então, com dezessete anos, de idade.

## Questão 02

(Correta: C)

Elas também descrevem hábitos extravagantes e fascinantes estratégias de guerra. Tudo isso faz com que a leitura do relato de viagem seja um verdadeiro prazer.

Assinale a opção que contenha um adjetivo e dois substantivos, respectivamente.

- (A) do relato de viagem.
- (B) descrevem hábitos extravagantes.
- (C) fascinantes estratégias de guerra.
- (D) seja um verdadeiro prazer.
- (E) Tudo isso faz com que a leitura.

## Questão 03

(Correta: C)

É possível confiar em um homem que afirma ter visto um unicórnio na ilha de Sumatra, na Indonésia?

Diante das informações apresentadas sobre Marco Polo e suas viagens, avalie as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta.

- (A) A descrição de Marco Polo sobre a suposta observação de um unicórnio na ilha de Sumatra, na Indonésia, é amplamente aceita como uma prova irrefutável de sua honestidade e credibilidade como observador de fenômenos naturais raros.
- (B) Marco Polo, famoso comerciante, explorador, escritor e antropólogo autodidata veneziano, é amplamente reconhecido como um mentiroso, especialmente em relação às descrições de suas viagens pela Rota da Seda. Sua obra, apesar de popular, é considerada ficção fantasiosa.
- (C) Mesmo após setecentos anos da morte de Marco Polo, sua credibilidade como explorador e a veracidade de suas histórias são ainda motivo de dúvida. O livro, apesar de popular, é considerado uma mistura de verdade e ficção.
- (D) O livro de Marco Polo, "As Viagens de Marco Polo", tornou-se um best-seller no século XVI, sendo traduzido para dezenas de idiomas e copiado em inúmeros manuscritos. Suas histórias, repletas de maravilhas e estratégias de guerra fascinantes, são consideradas irrefutáveis por alguns copistas escrupulosos.

- (E) As histórias de Marco Polo, presentes em "As Viagens de Marco Polo", são únicas como o relato europeu inicial sobre a Rota da Seda, apresentando elementos como maravilhas, especiarias, ouro e pedras preciosas. A obra é amplamente aceita como uma narrativa precisa e confiável.

## Questão 04

(Correta: E)

"Veneza era a Nova York do mundo da época", segundo o historiador italiano Pieralvise Zorzi. Sua família tem raízes que remontam aos tempos de Marco Polo e mais além.

De acordo com o texto base, assinale a alternativa correta:

- (A) Após retornar a Veneza, Marco Polo, aos quarenta anos, foi preso pelos genoveses durante uma batalha entre Veneza e Genebra. Na prisão, conheceu Rustichello de Pisa, com quem escreveu um livro de grande sucesso, detalhando suas experiências na China.
- (B) A Rota da Seda mencionada no texto percorre a América do Sul, ligando Israel à China, passando pelo Oriente Médio e Ásia Central. Marco Polo, aos dezessete anos, acompanhou seu pai e tio nessa viagem, que durou cerca de três anos.
- (C) O texto revela que Marco Polo descreveu um animal que mais tarde foi identificado como o javali, contrariando as imaginações populares de um unicórnio. Seu chifre é descrito como grosso e preto, e sua cabeça assemelha-se à de um javali selvagem.
- (D) Niccolò e Matteo Polo, pai e tio de Marco Polo, mantinham escritórios em Istambul, mas foram forçados a fechá-los quando os gregos tomaram a cidade. Eles retornaram a Veneza após anos de negociações na China, onde atuaram como embaixadores do governo local.
- (E) Veneza, na época retratada, era considerada uma metrópole multicultural e um centro comercial vibrante, conectando o Ocidente ao Oriente. A família Polo destacou-se no comércio, negociando seda, especiarias, pedras preciosas e a glândula do veado-almiscareiro.

## Questão 05

(Correta: D)

A cidade era uma metrópole multicultural e receptiva — um centro comercial vibrante que conectava o Ocidente ao Oriente e onde a única religião verdadeira era o comércio. E a família Polo se destacou nesta atividade.

Na frase em questão, existem:

- (A) Pelo menos, um artigo definido ou indefinido no plural.
- (B) Dois artigos indefinidos singulares femininos.
- (C) Três artigos definidos singulares masculinos simples.

- (D) Três artigos definidos singulares femininos simples.
- (E) Dois artigos indefinidos singulares masculinos.

### Questão 06

(Correta: C)

'Atualmente, setecentos anos após a morte de Marco Polo, no dia 8 de janeiro de 1324, podemos dizer com bastante certeza' de que o famoso comerciante, explorador, escritor e antropólogo autodidata veneziano, de fato, viu um unicórnio.

Sintaticamente, na oração destacada, pode-se afirmar que:

- (A) 'a morte de Marco Polo' é o sujeito da oração, cujo núcleo é 'morte'.
- (B) o sujeito é inexistente, tratando-se de uma oração sem sujeito.
- (C) o sujeito é oculto determinado pela conjugação verbal.
- (D) trata-se de um predicado verbal com ausência de adjunto adverbial de tempo.
- (E) dois núcleos constituem o predicado verbo-nominal da oração destacada.

### Questão 07

(Correta: E)

A linguagem constitui um meio de comunicação empregado para transmitir mensagens entre interlocutores, apresentando diversas formas e modalidades.

O texto base sobre As Viagens de Marco Polo caracteriza-se por ser linguagem:

- (A) Injuntiva.
- (B) Verbal e não verbal.
- (C) Metalinguística.
- (D) Não verbal.
- (E) Verbal.

### Questão 08

(Correta: B)

A família Polo voltou à Europa via Sumatra e ilhas Andaman, no Oceano Índico.

Em relação ao sinal indicativo de crase, é correto afirmar que esta é:

- (A) facultativo, uma vez que a regra permite ao autor determinar o uso ou não da crase.
- (B) obrigatória, pois o verbo exige preposição e o substantivo aceita artigo.
- (C) facultativo, uma vez que o verbo é bitransitivo e o substantivo não é determinado.
- (D) facultativo, uma vez que o verbo é transitivo direto preposicionado e o substantivo não é determinado.

- (E) obrigatória, pois o substantivo e o verbo aceitam preposição e artigo, respectivamente.

### Questão 09

(Correta: C)

A obra 'foi' traduzida para dezenas de idiomas, copiada à mão em incontáveis manuscritos e 'era' disponível em qualquer local sofisticado da Europa.

Os verbos destacados na frase encontram-se conjugados, respectivamente, no:

- (A) Pretérito imperfeito do indicativo - pretérito perfeito do indicativo.
- (B) Pretérito imperfeito do subjuntivo - pretérito perfeito do indicativo.
- (C) Pretérito perfeito do indicativo - pretérito imperfeito do indicativo.
- (D) Pretérito perfeito do indicativo - pretérito imperfeito do subjuntivo.
- (E) Pretérito imperfeito do indicativo - pretérito perfeito do subjuntivo.

### Questão 10

(Correta: A)

"Veneza era a Nova York do mundo da época", segundo o historiador italiano Zorzi. Sua família tem raízes que remontam aos tempos de Marco Polo e mais além.

De acordo com as regras de acentuação, é correto afirmar que:

- (A) há um vocábulo acentuado pela formação de hiato na sílaba tônica.
- (B) 'família' possui três regras que explicam seu acento gráfico.
- (C) 'além' permaneceu, segundo o novo acordo, com o sinal diferencial.
- (D) há três vocábulos proparoxítonos presentes na frase, sendo um trissílabo.
- (E) 'raízes' e 'família' são acentuadas pela mesma regra de acentuação.

## Questão 11

(Correta: A)

O gerenciamento de conflitos é fundamental para promover a resolução pacífica de divergências, envolvendo estratégias e técnicas que visam à cooperação e à busca de soluções consensuais entre as partes envolvidas. Acerca do gerenciamento de conflitos, assinale a alternativa correta:

- (A) A identificação do conflito é a primeira fase para seu correto gerenciamento, é onde ele é reconhecido e definido.
- (B) A resolução final do conflito dispensa qualquer providência posterior, haja vista que não existem estudos suficientes que indiquem que os conflitos possam ser evitados.
- (C) A identificação dos motivos do conflito é sempre dispensável, haja vista que os conflitos exigem por vieses ideológicos, e o motivo é sempre um fator secundário, utilizado como mera justificativa para o atrito entre indivíduos que iriam conflitar de qualquer maneira.
- (D) A análise do conflito é a primeira fase do seu gerenciamento, ocasião em que se identificam as partes envolvidas e sua natureza.
- (E) A intervenção e resolução do conflito deve ser, sempre que possível, a primeira fase do gerenciamento, haja vista que a intervenção precoce pode evitar que ele se propague e tome proporções ainda maiores.

## Questão 12

(Correta: E)

O ato administrativo é uma manifestação de vontade da administração pública, com a finalidade de produzir efeitos jurídicos, podendo ser vinculado ou discricionário, conforme a margem de liberdade conferida pela lei à autoridade administrativa. É um elemento do ato administrativo discricionário que está sujeito à análise de mérito administrativo:

- (A) A Finalidade.
- (B) A Competência.
- (C) O Sujeito.
- (D) A Motivação.
- (E) O Motivo.

## Questão 13

(Correta: C)

Guilherme possui dois terrenos em que não existem casas edificadas. Sabendo disso, a Prefeitura de sua cidade exige que ele construa dois muros e deixe os terrenos sempre limpos. Displicente com suas

obrigações legais, Guilherme deixa de cumprir o quanto exigido pela municipalidade, o que enseja aplicação de multa. O atributo do Poder de Polícia que autoriza a Prefeitura a multar os proprietários faltosos é:

- (A) A publicidade.
- (B) A coercibilidade.
- (C) A exigibilidade.
- (D) A legitimidade.
- (E) A autoexecutoriedade.

## Questão 14

(Correta: C)

A empresa Alfa celebrou contrato com a Administração Pública Municipal para construção de um Estádio de Futebol, garantindo que a obra seria concluída em 06 meses. Passado esse período, não existem indícios de que a obra começará, e o local em que seria o Estádio se encontra abandonado. Ciente dessa situação, o gestor do contrato aplica multa contratual na empresa Alfa, e determina o imediato cumprimento da obrigação, sob as penalidades legais. Acerca desse tema, o poder administrativo que autoriza a administração aplicar penalidades aos contratantes privados é:

- (A) O poder hierárquico.
- (B) O poder de polícia.
- (C) O poder disciplinar.
- (D) O poder regulamentar.
- (E) O poder contratual.

## Questão 15

(Correta: B)

Gestão por competências visa alinhar habilidades individuais aos objetivos organizacionais. Nesse contexto, assinale a alternativa que corresponde ao principal objetivo da gestão por competências:

- (A) Identificar as fraquezas dos colaboradores para punições.
- (B) Desenvolver planos para melhorar o desempenho dos colaboradores.
- (C) Avaliar exclusivamente as habilidades técnicas dos colaboradores.
- (D) Ignorar as lacunas entre a expectativa e a realidade no desempenho.
- (E) Promover a competição entre os membros da equipe.

## Questão 16

(Correta: C)

A Lei da Ficha Limpa, Lei Complementar nº 135/2010, estabelece critérios mais rigorosos para a elegibilidade de candidatos, impedindo a participação de indivíduos que tenham condenações por determinados crimes, tornando-se uma importante medida para promover a

ética e a probidade na política brasileira. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010):

- (A) Transitada em julgado ou publicada a decisão proferida por órgão colegiado que declarar a inelegibilidade do candidato, ser-lhe-á cancelado o registro, ou declarado nulo, se já tiver sido feito, ou negado o diploma, se já expedido.
- (B) Transitada em julgado ou publicada a decisão proferida por órgão colegiado que declarar a inelegibilidade do candidato, ser-lhe-á cancelado o registro, ou negado, se já tiver sido feito, ou declarado nulo o diploma, se já expedido.
- (C) Transitada em julgado ou publicada a decisão proferida por órgão colegiado que declarar a inelegibilidade do candidato, ser-lhe-á negado registro, ou cancelado, se já tiver sido feito, ou declarado nulo o diploma, se já expedido.
- (D) Apenas no caso de trânsito em julgado da decisão proferida por órgão colegiado que declarar a inelegibilidade do candidato, ser-lhe-á negado registro, ou cancelado, se já tiver sido feito, ou declarado nulo o diploma, se já expedido.
- (E) Transitada em julgado ou publicada a decisão proferida por órgão colegiado que declarar a inelegibilidade do candidato, ser-lhe-á declarado nulo o registro, ou negado, se já tiver sido feito, ou cancelado o diploma, se já expedido.

### Questão 17

(Correta: D)

"[...] a nomeação e a exoneração do servidor ocupante de cargo em comissão independem de motivação declarada. O administrador pode, portanto, dentro da sua esfera de competências, nomear e exonerar livremente, sem estar obrigado a apresentar qualquer motivação. Contudo, caso ele decida motivar o seu ato, ficará sujeito à verificação da existência e da adequação do motivo exposto". (ALEXANDRINO; PAULO, 2021). A citação, retirada de obra doutrinária, está se referindo à:

- (A) Teoria dos fundados motivos.
- (B) Teoria da explicitação.
- (C) Teoria da razão explícita.
- (D) Teoria dos motivos determinantes.
- (E) Teoria das razões.

### Questão 18

(Correta: C)

A gestão e execução de atividades governamentais envolvem órgãos e entidades dedicados ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas, além da prestação de serviços e realização de ações que promovem o interesse coletivo. No contexto da estrutura organizacional da administração pública, que inclui a administração direta e indireta, identifique a alternativa correta:

- (A) A descentralização administrativa ocorre quando o ente descentralizado exerce atribuições próprias que não decorrem do ente central; é a situação dos Estados-membros da federação e, no Brasil, também dos Municípios.
- (B) A desconcentração administrativa ocorre quando o ente descentralizado exerce atribuições próprias que não decorrem do ente central; é a situação dos Estados-membros da federação e, no Brasil, também dos Municípios.
- (C) A descentralização política ocorre quando o ente descentralizado exerce atribuições próprias que não decorrem do ente central; é a situação dos Estados-membros da federação e, no Brasil, também dos Municípios.
- (D) A descentralização política ocorre quando as atribuições que os entes descentralizados exercem só têm o valor jurídico que lhes empresta o ente central; suas atribuições não decorrem, com força própria, da Constituição, mas do poder central.
- (E) A desconcentração política ocorre quando as atribuições que os entes descentralizados exercem só têm o valor jurídico que lhes empresta o ente central; suas atribuições não decorrem, com força própria, da Constituição, mas do poder central.

### Questão 19

(Correta: A)

Nos termos da Lei Complementar n. 135/2010, são inelegíveis, para qualquer cargo, os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

I. Contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência.

II. Contra o meio ambiente e a saúde pública.

III. De abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública

Está correto o que se afirma:

- (A) Nas assertivas I, II e III.
- (B) Na assertiva I, apenas.
- (C) Nas assertivas I e III, apenas.
- (D) Nas assertivas II e III, apenas.
- (E) Nas assertivas I e II, apenas.

### Questão 20

(Correta: A)

Abraham Maslow desenvolveu a denominada "pirâmide da hierarquia das necessidades", a fim de entender o processo de motivação. Considerando o contexto, avalie as proposições:

I.As necessidades fisiológicas são as primeiras que devem ser supridas, estando na base da pirâmide.

II.A estima deve ser satisfeita antes das relações sociais.

III.A autorrealização deve ser obtida antes da segurança.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas a proposição I está correta.
- (B) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- (C) Apenas a proposição II está correta.
- (D) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- (E) Apenas a proposição III está correta.

## Legislação Geral

### Questão 21

(Correta: E)

A Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI, objetiva assegurar o cumprimento do direito constitucional de solicitar e receber informações dos órgãos e entidades públicas. Sobre a formulação do pedido de acesso à informação, com base nas disposições da LAI, analise as proposições abaixo:

I.Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

II.Além da identificação do requerente em formato PDF, o requerimento deverá conter, obrigatoriamente, informações pormenorizadas sobre o motivo determinante da solicitação de informação de interesse público, sob pena de indeferimento.

III.O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.

IV.Não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 25 (vinte e cinco) dias, indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido.

V.Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.

Está de acordo com as disposições da LAI:

- (A) IV, apenas.
- (B) I, II, III, IV e V.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, III e V, apenas.

### Questão 22

(Correta: B)

O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, dispôs sobre a gestão democrática da cidade prevendo o uso de alguns instrumentos para sua consecução. Nesse contexto, são instrumentos que deverão ser utilizados para garantir a gestão democrática da cidade, devidamente previstos no texto do Estatuto da Cidade, EXCETO:

- (A) Órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal.
- (B) Seleção de trabalho técnico, científico ou projeto, versando sobre desenvolvimento urbano, através de processo licitatório na modalidade concurso, utilizando a melhor técnica como critério de julgamento.
- (C) Conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal.
- (D) Iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.
- (E) Debates, audiências e consultas públicas.

### Questão 23

(Correta: E)

O Estatuto da Cidade, como ficou conhecida a Lei nº 10.257/2001, estabelece normas que objetivam regular o uso da propriedade urbana, tendo em vista o interesse social e coletivo. Com base no referido Estatuto, especialmente quanto ao plano diretor, analise as alternativas e assinale a opção INCORRETA:

- (A) O plano diretor é obrigatório para cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.
- (B) O plano diretor deverá conter, no mínimo, sistema de acompanhamento e controle.
- (C) O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.
- (D) O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.
- (E) A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista a cada quinze anos e debatida, através de audiências públicas, a cada cinco anos.

### Questão 24

(Correta: D)

A Constituição Federal se ocupou de organizar cada um dos entes federativos. Especificamente sobre a organização dos municípios, conforme o texto constitucional, analise as alternativas e assinale a opção CORRETA:

- (A) As contas dos Municípios ficarão, durante noventa dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- (B) A fiscalização do Município será exercida pelos Tribunais de Contas, mediante controle externo, com auxílio do Poder Legislativo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
- (C) Compete aos Municípios criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação federal, estadual e municipal.
- (D) O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.
- (E) A criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais dependerá de autorização dos Tribunais de Contas dos Estados a que o município pertença.

### Questão 25

**(Correta: B)**

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018), objetiva proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade. Com base na referida lei protetiva, relacione corretamente a coluna 1, que elenca alguns princípios que deverão ser observados na atividade de tratamento dos dados pessoais, com a coluna 2, que aponta os seus respectivos conceitos:

#### Coluna 1

- (1) Adequação.
- (2) Necessidade.
- (3) Livre acesso.
- (4) Qualidade dos dados.
- (5) Responsabilização e prestação de contas.

#### Coluna 2

(\_\_\_) Demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

(\_\_\_) Compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.

(\_\_\_) Garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integridade de seus dados pessoais.

(\_\_\_) Garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.

(\_\_\_) Limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados.

Assinale a alternativa que contempla a sequência CORRETA da coluna 2:

- (A) 2 - 4 - 5 - 1 - 3.
- (B) 5 - 1 - 3 - 4 - 2.
- (C) 3 - 1 - 2 - 5 - 4.
- (D) 1 - 5 - 4 - 2 - 3.
- (E) 4 - 2 - 1 - 3 - 5.

## Direito Administrativo

### Questão 26

**(Correta: A)**

Considerando o tema Poder de Polícia, analise as assertivas abaixo:

I. O Poder de Polícia é prerrogativa exclusiva das autoridades policiais, sendo sua aplicação restrita à segurança pública.

II. O Poder de Polícia é uma prerrogativa do Estado que limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

III. A discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade são atributos do Poder de Polícia.

IV. O exercício do Poder de Polícia visa a repressão de condutas ilícitas, não incluindo a prevenção de danos ao interesse coletivo.

V. Todos os ciclos do Poder de Polícia podem ser delegados.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As assertivas II e III estão corretas e as assertivas I, IV e V estão incorretas.
- (B) A assertiva IV está correta e as assertivas I, II, III e V estão incorretas.
- (C) A assertiva III está correta e as assertivas I, II, IV e V estão incorretas.
- (D) As assertivas I, II e III estão corretas e as assertivas IV e V estão incorretas.
- (E) As assertivas IV e V estão corretas e as assertivas I, II e III estão incorretas.

## Questão 27

(Correta: B)

Joilson possui autorização para uso da estrutura de uma lanchonete construída em uma das praças públicas da cidade. Ocorre que a Administração revogou sua autorização, alegando que a mesma se tornou incompatível com a destinação do bem público. Todavia, na semana seguinte, Joilson constatou que o espaço estava sendo explorado por outro particular. Investigando, descobriu que a Administração Pública concedeu ao particular autorização para utilização do espaço pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Com base no caso hipotético, sobre atos administrativos, analise as alternativas e assinale a opção CORRETA:

- (A) A Administração Pública possui o Poder de Tutela, que lhe permite rever seus próprios atos, anulando-os quando inoportunos ou inconvenientes.
- (B) No caso hipotético, em que pese a autorização de uso de bem público seja um ato discricionário, sujeito a análise de mérito, o motivo alegado era falso, o que, pela Teoria dos Motivos Determinantes, torna o ato nulo por vício no elemento motivo.
- (C) A Administração Pública só poderia ter revogado a autorização de uso de Joilson se existisse alguma irregularidade ou mediante ordem judicial.
- (D) A autorização é ato administrativo unilateral, discricionário e precário. Dessa forma, ainda que o motivo do ato não condiga com a realidade, o ato será juridicamente válido, sem qualquer vício em seus elementos.
- (E) A autorização de uso, como ato administrativo vinculado, possui todos os seus elementos definidos em lei, não cabendo a Administração atuar discriminatoriamente em relação a Joilson.

## Questão 28

(Correta: C)

O interesse público pode fazer com que o Estado imponha certos limites à utilização e disposição da propriedade privada, ainda que essa não seja a vontade do particular. Sobre a intervenção do Estado na Propriedade, especialmente a requisição administrativa, analise as alternativas e assinale a opção INCORRETA:

- (A) A requisição administrativa deve satisfazer necessidades coletivas urgentes, como o caso de perigo público iminente ou guerra.
- (B) A requisição administrativa, ao contrário da desapropriação, não visa adquirir a propriedade do bem, o uso da propriedade privada será temporário.
- (C) A requisição administrativa depende de procedimento administrativo ou judicial para se perfectibilizar.
- (D) A requisição administrativa tem base no artigo 5º, XXV da Constituição Federal.

- (E) Na requisição administrativa o Estado utiliza um bem móvel ou imóvel ou serviços particulares, por determinado período de tempo, em situações excepcionais, com indenização futura em caso de danos.

## Questão 29

(Correta: B)

Uma das formas de extinção das concessões de serviços públicos é a caducidade. Sobre o assunto, analise as alternativas abaixo e assinale a opção INCORRETA:

- (A) A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente, dentre outras hipóteses, quando a concessionária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço.
- (B) Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por lei ordinária de iniciativa do poder concedente, mediante indenização prévia, calculada no decurso do processo.
- (C) Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.
- (D) A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.
- (E) A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais.

## Questão 30

(Correta: C)

A Lei nº 8.429/1992, Lei de Improbidade Administrativa - LIA, é um importante mecanismo na busca pela concretização do princípio da moralidade administrativa, assegurando a integridade do patrimônio público e social. Nesse contexto, sobre as penas aplicáveis aos responsáveis pela prática de atos de improbidade, conforme disposições contidas no capítulo III da LIA, analise as proposições abaixo:

I.As cominações previstas da Lei de Improbidade não poderão ser aplicadas cumulativamente, devendo ser graduadas, somente, conforme a gravidade do fato..

II.Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações previstas na LIA.

III.Na responsabilização da pessoa jurídica, deverão ser

considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção de suas atividades.

IV. Nos casos de atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública, fica o responsável pelo seu cometimento, sujeito ao pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos.

V. A multa pode ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor calculado na forma prevista é ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.

Estão em conformidade com a LIA as proposições:

- (A) I, II e V, somente.
- (B) I, II, III, IV e V.
- (C) II, III e IV, somente.
- (D) III, IV e V, somente.
- (E) II, IV e V, somente.

## Direito Constitucional

### Questão 31

(Correta: B)

Examine as informações a seguir, tendo como base as disposições contidas na Constituição Federal, especificamente sobre o Poder Judiciário:

I. O Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público são órgãos do Poder Judiciário.

II. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observado, dentre outros, o seguinte princípio: o ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

III. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

IV. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

Está em conformidade com o texto constitucional o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

### Questão 32

(Correta: A)

Analise os artigos da Constituição Federal abaixo:

I. Art. 5º [...] XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

II. Art. 25. § 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

III. Art. 145. [...] § 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

IV. Art. 170 [...] Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos,

salvo nos casos previstos em lei.

V.Art. 5º [...] IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

São normas de eficácia plena:

- (A) III e V, apenas.
- (B) I, II, III e V, apenas.
- (C) IV, apenas.
- (D) V, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

### Questão 33

**(Correta: D)**

O Congresso Nacional, por determinação expressa da Constituição Federal, realizará a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas. Sobre o tema, conforme preceitua a norma constitucional, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade, dentre outras, de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- (B) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, dentre outras atribuições, apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (C) As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- (D) O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, semestralmente, relatório de suas atividades.
- (E) Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumira obrigações de natureza pecuniária.

### Questão 34

**(Correta: A)**

O Título VII da Constituição Federal disciplina a Ordem

Econômica, que tem como finalidade assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. Nesse contexto, sobre os princípios gerais da atividade econômica, de acordo com o texto constitucional, assinale a opção INCORRETA:

- (A) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão desestimular o turismo, como fator de preservação ambiental.
- (B) Constitui monopólio da União a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.
- (C) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
- (D) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
- (E) Ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

### Questão 35

**(Correta: B)**

A Ação Declaratória de Constitucionalidade - ADC é uma importante ferramenta de controle de constitucionalidade concentrado. Nesse contexto, acerca da referida ação, analise as alternativas abaixo e assinale a opção CORRETA:

- (A) Proposta a ação declaratória, a desistência somente será aceita se formulada até 15 (quinze) dias do seu protocolo.
- (B) A petição inicial indicará, dentre outros, a existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição objeto da ação declaratória.
- (C) Admitir-se-á a intervenção de terceiros no processo de ação declaratória de constitucionalidade.
- (D) São legitimados a propor a ação declaratória de constitucionalidade, dentre outros, a Mesa do Congresso Nacional e o Procurador-Geral da República.
- (E) A decisão que indeferir a petição inicial será irrecurável.

## Conhecimentos Específicos

### Questão 36

(Correta: E)

Assinale a alternativa que indica, corretamente, diferenças marcantes entre o Constitucionalismo Moderno e o Neoconstitucionalismo:

- (A) É possível se dizer que o Constitucionalismo Moderno busca a concretização dos direitos fundamentais, em nada destoando do Neoconstitucionalismo nesse aspecto, haja vista que os direitos humanos de segunda geração já estavam presentes nas Cartas Magnas desde antes dos movimentos constitucionalistas surgirem.
- (B) A principal ideia do Constitucionalismo Moderno é que a Constituição passa a ser o centro do sistema normativo.
- (C) Não existem distinções relevantes entre o Constitucionalismo Moderno e o Neoconstitucionalismo, sendo expressões sinônimas de um mesmo movimento constitucional.
- (D) No Constitucionalismo Moderno, existe a ideia não apenas de hierarquia formal entre as normas, mas, também, axiológica, além de não indicar apenas a necessidade de limitação do poder, mas de concretização dos direitos fundamentais.; o Neoconstitucionalismo, por seu turno, representa um meio de limitação do poder, e é colocada no topo do ordenamento jurídico, respeitando-se a hierarquia das normas.
- (E) No Constitucionalismo Moderno, a Constituição representa um meio de limitação do poder, e é colocada no topo do ordenamento jurídico, respeitando-se a hierarquia das normas; o Neoconstitucionalismo, por seu turno, traduz a ideia não apenas de hierarquia formal entre as normas, mas, também, axiológica, além de não indicar apenas a necessidade de limitação do poder, mas de concretização dos direitos fundamentais.

### Questão 37

(Correta: B)

Acerca do imposto incidente sobre a propriedade predial e territorial urbana, assinale a alternativa correta:

- (A) Poderá ser progressivo em razão da localização do imóvel.
- (B) Poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.
- (C) Poderá ter sua alíquota alterada por Decreto do Poder Executivo.
- (D) Poderá ter sua base de cálculo alterada por Decreto Legislativo.
- (E) Poderá ter alíquotas diferentes de acordo com a localização, mas não pelo uso do imóvel.

### Questão 38

(Correta: C)

Conforme prevê a Constituição Federal, é vedada a edição de medida provisória sobre matéria:

- (A) Relativa a direito empresarial.
- (B) Reservada à lei delegada.
- (C) Relativa a direito penal, processual penal e processual civil.
- (D) Relativa à defesa Nacional.
- (E) Relativa a direito civil.

### Questão 39

(Correta: A)

Alfredo e João são vizinhos, e, em determinada manhã, João liga sua furadeira para realizar reparos em sua residência. Incomodado com o barulho e o horário, Alfredo reclama com João. Após esse dia, todos os dias, com acinte, João liga a furadeira toda manhã com a finalidade apenas de incomodar Alfredo, em represália à primeira reclamação. Acerca desses fatos, é certo que:

- (A) João age com abuso de direito tendo em vista que, embora sua conduta tenha se iniciado lícita, tornou-se ilícita porque excedeu os limites da boa-fé e dos bons costumes.
- (B) João cometeu ato ilícito, diante da vedação da vingança ou represália contida no Código Civil.
- (C) Alfredo agiu com abuso de direito, ao reclamar que João estava utilizando a furadeira em horário em que poderia fazê-lo.
- (D) João não cometeu ilícitos civis, tendo em vista que o poder de usar equipamentos no interior de sua residência é um dos direitos conferidos pelo gozo pleno da propriedade.
- (E) João cometeu ato ilícito, diante da vedação da utilização de equipamentos em horário diurno, prevista no Código Civil.

### Questão 40

(Correta: B)

Considere as afirmativas relacionadas às competências da Justiça do Trabalho previstas na Constituição Federal, apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(\_\_ ) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.

(\_\_ ) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar habeas corpus, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.

(\_\_ ) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações que envolvam exercício do direito de greve, inclusive dos servidores públicos estatutários.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

- (A) V – F – F.
- (B) V – V – F.
- (C) V – V – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – F – F.

### Questão 41

(Correta: A)

Assinale a alternativa correta acerca das regras aplicáveis à execução extrajudicial contra a Fazenda Pública:

- (A) Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias.
- (B) Não opostos embargos pela Fazenda Pública, ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, o Juiz determinará as medidas coercitivas para pagamento, como sequestro de verba pública.
- (C) Não opostos embargos pela Fazenda Pública, ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, inicia-se o prazo de 15 dias para pagamento voluntário da obrigação.
- (D) Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 15 (quinze) dias, contados em dobro em razão do privilégio processual fazendário.
- (E) Nos embargos, a Fazenda somente poderá alegar inexecutibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.

### Questão 42

(Correta: C)

É uma competência do Superior Tribunal de Justiça:

- (A) Julgar, em recurso especial, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.
- (B) Julgar, em recurso especial, a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
- (C) Julgar, em recurso ordinário, os habeas corpus decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória.
- (D) Julgar, em recurso ordinário, os habeas-data decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória.
- (E) Julgar, em recurso especial, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

### Questão 43

(Correta: A)

Acerca da composição do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- (A) Um terço dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça será escolhido dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal.
- (B) Um quinto dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça será escolhido dentre membros do Ministério Público e Advogados, ambos com mais de 10 anos de atuação profissional.
- (C) Um quinto dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça será escolhido dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal.
- (D) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no máximo, trinta e três Ministros.
- (E) Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

### Questão 44

(Correta: D)

Euclides é diretor do setor da Prefeitura responsável por licitações, e chefe de Mário, que trabalha no mesmo setor. No exercício de suas funções, Euclides fica sabendo que Mário recebeu uma pequena quantia em dinheiro para revelar a terceiros dados sigilosos de um processo licitatório que tramitava na repartição. Ciente disso, Euclides chama Mário para conversar e este confessa tudo, dizendo que precisava muito de dinheiro porque sua esposa estava doente e estava com diversas contas atrasadas, e suplica para que Euclides não leve o fato ao conhecimento dos superiores. Tocado pela narrativa de Mário, Euclides deixa de responsabilizá-lo e de levar o fato a conhecimento de seus superiores. Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que:

- (A) Euclides praticou o crime de corrupção passiva.
- (B) Euclides não praticou crime nenhum
- (C) Euclides praticou o crime de prevaricação.
- (D) Euclides praticou o crime de condescendência criminosa.
- (E) Euclides praticou o crime de advocacia administrativa.

### Questão 45

(Correta: D)

Assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal:

- (A) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão da maioria simples dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.
- (B) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de mais da metade dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.
- (C) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de um terço dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.
- (D) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.
- (E) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de metade dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

## Questão 46

(Correta: E)

A respeito das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), avalie as afirmativas abaixo:

I.No caso dos atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito, a sanção é de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 10 (dez) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 10 (dez) anos.

II.No caso dos atos de improbidade que causam prejuízo ao erário, a sanção é de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 12 (doze) anos.

III.No caso dos atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública, a sanção é de pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos.

Está(ão) correta(s) apenas:

- (A) As afirmativas I e III.
- (B) As afirmativas I e II.
- (C) As afirmativas I, II e III.
- (D) A afirmativa II.
- (E) As afirmativas II e III.

## Questão 47

(Correta: C)

Considere as afirmativas relacionadas aos contratos administrativos, nos termos da Lei nº 14.133/21, apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(\_\_ )A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

(\_\_ )O prazo de convocação poderá ser prorrogado 2 (duas) vezes, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

(\_\_ )Decorrido o prazo de validade da proposta indicado

no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

Assinale a alternativa com a sequência, de cima para baixo, correta:

- (A) F – V – V.
- (B) V – V – V.
- (C) V – F – V.
- (D) F – F – F.
- (E) V – F – F.

### Questão 48

**(Correta: C)**

Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 14.133/21:

- (A) A Administração terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos por esta Lei, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato. Salvo disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 2 (dois) meses para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- (B) Somente o contratante será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- (C) Fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- (D) Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado não poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento.
- (E) O contratado deverá manter ao menos dois prepostos aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

### Questão 49

**(Correta: A)**

Nos termos do Art. 303, § 1º, do Código de Processo Civil, concedida a tutela antecipada em caráter antecedente, o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, no prazo de:

- (A) 15 dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.
- (B) 10 dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.
- (C) 30 dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.
- (D) 20 dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.

- (E) 05 dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.

### Questão 50

**(Correta: E)**

Assinale a alternativa que corresponde, corretamente, a uma competência do Supremo Tribunal Federal:

- (A) Julgar, em recurso extraordinário, o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
- (B) Julgar, mediante recurso extraordinário, a revisão criminal e a ação rescisória dos seus julgados.
- (C) Julgar, em recurso ordinário, a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- (D) Julgar, em agravo, o crime político.
- (E) Julgar, em recurso ordinário, o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.

## REDAÇÃO

### LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Conforme estabelecido em Edital, a prova redação será elaborada com base em um tema da atualidade, e consistirá na elaboração de um texto dissertativo – argumentativo com, no mínimo, 15 (quinze linhas), e no máximo, 25 (vinte e cinco) linhas, ambos sem contar o título, com base em tema formulado pela Banca Examinadora.

Conforme previsto no edital de abertura, será atribuída nota ZERO à redação que:

- a) não observar as orientações presentes no caderno de questões;
- b) com quantidade de linhas inferior ao mínimo solicitado;
- c) conter assinatura, rubrica e/ou qualquer palavra e/ou marca que identifique o candidato;
- d) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos);
- e) estiver em branco;
- f) fugir, integralmente, à tipologia textual de texto solicitada e/ou ao tema proposto;
- g) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- h) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade;
- i) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;
- j) apresentar texto escrito com expressões injuriantes, discriminatórias e/ou abusivas.

Observe, ainda:

1. O rascunho da redação deverá ser feito no espaço apropriado. Seu preenchimento é facultativo, sendo assim, NÃO será avaliado;
2. O candidato NÃO poderá efetuar consulta a quaisquer fontes ou meios de consulta;
3. A Prova de Redação deverá ser redigida de forma clara e sem rasuras pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta de material transparente;
4. A redação NÃO deverá apresentar cópia de questões da prova ou dos textos motivadores;
5. Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala o cartão de respostas;
6. A Folha de Respostas Definitivas conterà um cartão numerado e destacável. Este cartão numerado será destacado pelo fiscal, conforme demarcação, e entregue ao candidato.

**PROPOSTA:**

Para produzir a sua redação, leia atentamente os textos motivadores apresentados a seguir:

**TEXTO 1****Sociedade 5.0 e Indústria 5.0: relações e oportunidades**

A ideia de Sociedade 5.0 foi lançada pelo governo japonês, em 2016, em seu 5º Plano Básico de Ciência e Tecnologia, que tinha por finalidade usar as novas tecnologias para aprimorar as capacidades humanas e promover o bem-estar social e não somente o crescimento econômico. As bases para a Sociedade 5.0 foram desenvolvidas pelo *Council for Science, Technology and Innovation (CSTI)* e o *Keidanren, Japan Business Federation*.

A Sociedade 5.0 pode ser definida com uma *Smart Society* (na verdade uma Sociedade Superinteligente), na qual o espaço físico e o ciberespaço estão integrados para possibilitar o progresso econômico e a resolução dos atuais problemas sociais rumo a uma sociedade centrada no ser humano.

A Sociedade 5.0, tal como ela é preconizada, tem uma forte característica social e ambiental. Dessa forma, ela contribui para tornar uma realidade os ODSs (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030) da ONU, como também estimular o engajamento das empresas, das instituições e dos governos com os fatores ESG (*Environmental, Social, Governance*).

A Sociedade 5.0 tem como objetivo aplicar todo o potencial das novas tecnologias, das inovações e da produção industrial para melhorar a qualidade de vida as pessoas. Ela tem como foco a sociedade – e não somente os negócios, que são tanto parte do problema, como parte da solução. A nova ideia de sociedade é suportada por uma série de novos e importantes conceitos, como, por exemplo, Automação, Desmaterialização, Digitalização e *Servitization*, que pode ser entendido como a oferta de um pacote integrado de produto-serviço para atender às necessidades e desejos dos consumidores.

Inserida nesse contexto está a Indústria 5.0, que, com todo seu potencial de transformação e criação de valor, visa elevar a qualidade de vida e a competitividade de países, indústrias, empresas prestadoras de serviços e instituições, inclusive o governo. Segundo o *Council for Science, Technology and Innovation (CSTI)* do Japão, os pilares da Sociedade 5.0 e, em consequência, da Indústria 5.0, são os seguintes, conforme observado por João José Giardulli Júnior:

- i. Promover ações para criar um novo valor para o desenvolvimento da futura indústria e transformação social;
- ii. Responder aos desafios econômicos e sociais;
- iii. Reforçar os fundamentos da Inovação Científica e Tecnológica; e
- iv. Estabelecer um ciclo virtuoso sistêmico de recursos humanos, conhecimento e capital para inovação.

Assim, o que distingue a Indústria 5.0 é a proposta de um novo modelo de organização industrial e prestação de serviços com foco no ser humano e não exclusivamente na tecnologia.

Retirado e adaptado de: Blog de Gestão estratégica. A Indústria 5.0, a Sociedade 5.0 e a Nova Estratégia dos Negócios. **Herrero Consultoria empresarial**. Disponível em: <https://herreroconsultoria.com.br/> Acesso em: 14 fev., 2024.

## TEXTO 2



### AS HABILIDADES PROFISSIONAIS MAIS SOLICITADAS DO SÉCULO XXI

#### RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS COMPLEXOS

A procura de soluções graduais nos ajudará a evitar erros.

#### CAPACIDADE DE NEGOCIAÇÃO

Através do respeito mútuo promovemos a vontade de chegar a um acordo entre as partes.

#### PENSAMENTO CRÍTICO

As chaves são a autodisciplina e o uso de uma visão global e racional.

#### ADAPTABILIDADE

Devemos sair da zona de conforto em qualquer tipo de situação.

#### CURIOSIDADE

A curiosidade por aquilo que nos rodeia e a descoberta de coisas novas serão fundamentais.

#### FLEXIBILIDADE COGNITIVA

Adaptar nossos conhecimentos a cada situação e cada momento.

#### INICIATIVA

A proatividade e a proposta de novas ideias chegarão antes que nos solicitem.

#### TOMADA DE DECISÕES

A análise global de qualquer problema nos permitirá atingir uma melhor solução.



#### CRIATIVIDADE

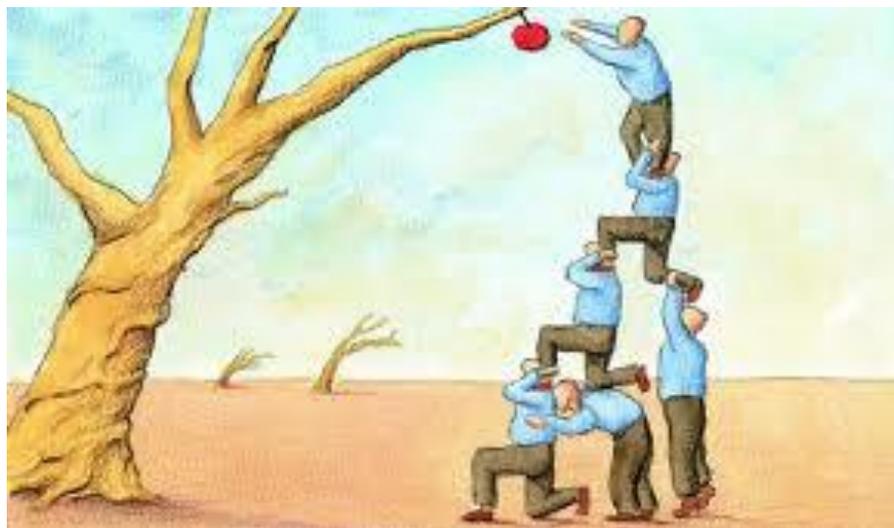
Para desenvolvê-la nada melhor do que a imaginação e o trabalho em equipe.

#### INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

As máquinas não podem manejar as emoções nas relações interpessoais.

Disponível em: <https://www.iberdrola.com/talentos/profissoes-do-futuro> Acesso em: 14 fev., 2024.

## TEXTO 3



Disponível em: <https://vanessadesouza.wordpress.com/2012/09/18/charge-do-dia-trabalho-em-equipe/> Acesso em: 14 fev., 2024.

A partir da leitura dos textos motivadores apresentados e recorrendo aos saberes edificados em sua trajetória profissional, construa um ensaio dissertativo-argumentativo, na modalidade culta da Língua Portuguesa, sobre o tema **“O fazer profissional na era da informação, da conexão e da humanização: desafios, competências e possibilidades”**. Elabore seu texto pautando-o em argumentos e evidências, de forma coesa e coerente com o tipo textual solicitado.



**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	